

O BRASIL EMERGENTE E OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA GLOBAL: A PAZ LIBERAL EM QUESTÃO**Monica Hirst**

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

A atuação de potências emergentes em contextos externos diversos vem sendo responsável por transformações relevantes nas agendas multilaterais nas áreas econômica, política e de segurança. O Brasil é uma destas e, como parte deste grupo, tem procurado atuar como força de propulsão conducente a um mundo multipolar ancorado em multilateralismo reconfigurado. O país atua como nova fonte de pressões, opiniões e recursos, apoiado na decisão de ampliar o escopo de suas responsabilidades e seus compromissos internacionais. Neste sentido, a política externa brasileira busca promover iniciativas políticas de mediação, especialmente por meio de coalizões com outros poderes emergentes, direcionadas a estimular inovação e maior representatividade no terreno da governança global.

Pretende-se indicar de que forma o país ampliou nos anos recentes sua projeção como um poder emergente, ao buscar assegurar presença e capacidade de influência em âmbitos de governança global. Argumenta-se que este empenho corresponde a um dos principais substratos de *poder brando* da política externa brasileira. Para isto, será privilegiada a análise da presença do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), órgão de maior responsabilidade na arquitetura multilateral mundial para o estabelecimento das premissas normativas, políticas e operativas desta agenda. Cabe também aclarar que o objeto desta narrativa será apenas o da substância política de deliberações e posicionamentos assumidos no Conselho de Segurança da ONU. Tenciona-se abordar os posicionamentos brasileiros no tratamento de situações de crise e/ou conflito, o que envolve opções tais como: a negociação diplomática, a criação de comissões especiais, a aplicação de sanções, a criação de missões de paz, a intervenção militar e o uso da força. Uma atenção especial será concernente a 2011, já que esse ano representou um passo adiante nos esforços da diplomacia brasileira de articulação com colegas emergentes no Conselho de Segurança da ONU, com

os quais o país atuou conjuntamente pela primeira vez enquanto membro eletivo. As posições brasileiras somaram-se às de seus parceiros do Ibas (Índia e África do Sul), para reforçar posturas que pretendiam conter e se contrapor ao uso da “caixa de ferramentas” do internacionalismo liberal.

SUMÁRIO EXECUTIVO